

NA CRIAÇÃO DO DCE LIVRE, UMA DERROTA DA DITADURA

José Chrispiniano
Jornalista

Acervo Iconographia

Passeata na USP, em 1977: o movimento estudantil em ação



Em maio de 1976, o movimento estudantil da USP supera inúmeros obstáculos, cria o Diretório Central dos Estudantes-Livre Alexandre Vannuchi Leme e elege os membros da sua gestão inaugural, conquistando o que um agente da repressão classificou como “sua primeira vitória neste ano”. Mais de 12 mil alunos votaram, legitimando assim o surgimento do DCE-Livre

Em 31 de maio de 1976 a Aesi-USP comentou da seguinte forma o surgimento do Diretório Central dos Estudantes: “O DCE é uma entidade espúria, que ora surge como órgão que reivindica a representação de toda a classe discente da USP”. Nome, RG e endereço dos membros do DCE foram repassados a todos os órgãos de segurança pela Aesi, tão logo a entidade foi criada e realizada sua primeira eleição.

O processo de organização da “entidade espúria” é alvo de atenção da Polícia Federal, que reúne extenso material, e do Dops, que aponta a entidade como ilegal, por contrariar o Decreto 228, que definia as regras da representação estudantil. Por essa razão o DCE declara-se “livre”: por não estar subordinado à universidade como as entidades “legais” da época.

A recepção aos calouros em 1976 já fora organizada como calourada unificada pela Comissão Universitária, com o tema da reorganização de uma entidade central que articulasse as lutas estudantis. Após a greve da ECA, a mobilização em protesto contra o assassinato de Vladimir Herzog e a greve ocorrida no campus de Ribeirão Preto — contra sua separação da USP e transformação em uma nova universidade, defendida, segundo os estudantes, por segmentos da elite local —, a ne-

cessidade de uma entidade central era cada vez maior.

Na escalada da reorganização estudantil, o Dops registra também os movimentos de várias escolas em 1975, como nas Ciências Sociais e na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), para a retomada dos bares pelos estudantes e controle dos preços no campus pela Coordenadoria de Assistência Social (Coseas).

Com a palavra um agente anônimo do Dops, no dia 28 de março de 1976: “O movimento estudantil, dirigido pelo Partido Comunista do Brasil e apoiado por outros

O maior golpe contra a criação do DCE foi o roubo de 40 urnas (quase 8 mil votos) após a eleição, em 12 de maio. Imputado ao Dops, o roubo forçou a realização de nova eleição, em 18 de maio

setores de esquerda, caminha para sua primeira vitória neste ano de 1976, com a efetivação de assembleias visando a formação do Diretório Central Estudantil da Universidade de São Paulo. Apontada como entidade transitória pelo seus próprios organizadores, a Comissão Universitária foi a responsável pela exploração da morte de Vladimir Herzog em fins do ano passado.”

Mais adiante, o agente esclarece que a Comissão Universitária é “apresentada, em toda a propaganda, como antecessora do

Diretório Central dos Estudantes (...) primeiro passo concreto do Movimento Estudantil em sua reorganização política, cujas etapas seguintes serão o Diretório Metropolitano Estudantil, União Estadual dos Estudantes e finalmente, União Nacional dos Estudantes, entidade de tão triste memória”. E conclui: “Eis portanto, Sr. Diretor Geral de Polícia, mais um passo na escalada da subversão no meio estudantil.”

O passo não foi desprovido de dificuldades. Uma assembleia na FAU no dia 26 de março determinou a eleição para os dias 11 e 12 de maio, em proposta do então estudante Júlio Turra Filho, da FEA. Havia discussões sobre o formato da entidade, como deveriam ser as eleições e se ela interferia na autonomia dos centros acadêmicos. O XI de Agosto, da Faculdade de Direito, foi contra a criação do DCE,

e se expressou na imprensa em artigo de Marco Antonio Tigrão, presidente daquele CA. Vários CAs responderam apoiando a sua formação, entre os quais os da História, da Física, da FEA, da Medicina, da Filosofia e o Grêmio Politécnico.

Mas o maior golpe contra a formação do DCE foi o roubo das urnas que guardavam os votos da eleição, numa madrugada, quando estavam dentro da FEA. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo* (14 de maio), foram roubadas 40 urnas, com 7.910 votos.

AS LEIS DA REPRESSÃO AOS ESTUDANTES

Durante os vinte anos da Ditadura, uma série de leis regulou as atividades estudantis. Elas eram combatidas e, na medida do possível, descumpridas pelos estudantes. As principais:

Lei 4.464 (9/11/64) - Conhecida como lei Suplicy de Lacerda, nome do ministro da Educação da época. Definia as entidades permitidas, suas atribuições e até como se daria a eleição. Autorizava a existência do Diretório Acadêmico (DA), do Diretório Central de Estudantes (DCE), do Diretório Estadual de Estudantes (DEE) e do Diretório Nacional de Estudantes (DNE). Os DAs e DCEs não podiam ter atuação político-partidária e deveriam indicar os representantes discentes dos órgãos colegiados.

Pela lei, o voto nos DAs era obrigatório, sob pena de proibição de fazer exames parciais ou finais. Na USP, a maioria dos CAs não se enquadrava na lei Suplicy. Em alguns casos, como na Faculdade de Direito, o CA e o DA coexistiam, mas o CA tinha mais importância política e era reconhecido, na prática, pelos diretores da escola. Em outras uni-

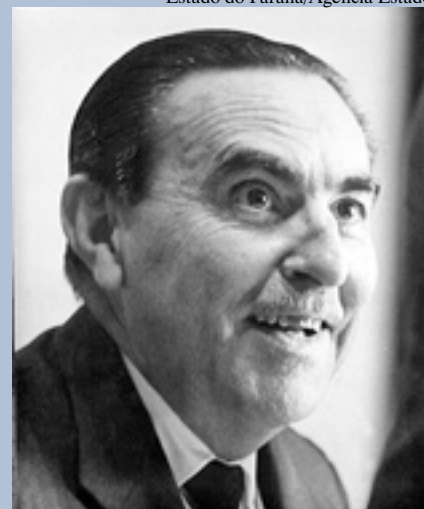
dades, os estudantes driblavam a proibição de montar CAs, criando os “centros de estudos”, como o Centro de Estudos de Física e Matemática (Cefisma).

Decreto-lei 477 (26/2/69) - O chamado “AI-5 da educação”. Tratava das infrações cometidas por professores, alunos ou funcionários de estabelecimentos de ensino públicos ou privados. O decreto considerava infração apoiar qualquer movimento que paralisasse atividades escolares; participar de qualquer movimento “subversivo”, como passeatas não autorizadas; produzir ou distribuir material “subversivo”; usar dependência da escola para “fins de subversão”. As punições previstas pelo 477 eram demissão para professores e funcionários e expulsão para estudantes.

Decreto-lei 228 (28/2/67) - Revogou a lei 4.464 e reformulou a representação estudantil. Extinguiu os DEEs e o DNE, que nunca existiram na prática. Manteve a interferência nas entidades, definindo até como seria a sua manutenção financeira.

Os Decretos 477 e 228 foram revogados em 1979, pela lei 6.680.

Estado do Paraná/Agência Estado



Suplicy de Lacerda, ministro da Educação que “batizou” a Lei 4.464

Esta lei previa menor grau de interferência: não determinava, por exemplo, as regras da eleição. Entretanto, deixava de reconhecer os CAs, as uniões estaduais de estudantes (UEEs) e a UNE. Editada no ano do congresso de reconstrução da UNE, definia a extinção dos DCEs que se ligassem a entidades estudantis fora da universidade. Apenas em 31/10/85 foi sancionada a lei 7.395, que legalizou os CAs e reconheceu a UNE como entidade representativa do conjunto dos estudantes. Ela permite que as entidades estudantis definam seu funcionamento.

O roubo forçou a realização de novas eleições, no dia 18 de maio. Dessa vez, para evitar nova subtração de urnas, realizou-se uma noite de vigília, que mesclou festa, debates e eventos culturais. Estudantes de Ciências Sociais apresentaram

a peça “Eu sei quem roubou as urnas”, que sugeria que haviam sido as forças do Dops. Foram exibidos os filmes “Zezéro”, de Ozualdo Candeias, sobre a história de um operário, e “Brancaleone nas Cruzadas”, de Mário Monicelli.

Na primeira eleição, de acordo com relatório do Dops, votaram 12.253 alunos, número que a imprensa da época considerou “baixo”, diante do total de alunos da universidade. Na verdade, foi um comparecimento extraordinário

numa eleição estudantil (muito superior, por exemplo, ao número de votantes nas eleições do DCE realizadas a partir de 1990, apesar do crescimento do corpo discente da USP).

A disputa eleitoral foi acirrada. Os primeiros lugares ficariam entre as três tendências que dominariam o movimento estudantil nos anos seguintes: *Refazendo*, com 4.362 votos, e que comandou o DCE nas suas duas primeiras gestões; *Liberdade e Luta (Libelu)*, que obteve 2.955 votos, e que venceria a

terceira eleição para o DCE, em 1978; e *Caminhando*, que conseguiu 1.497 votos.

Os primeiros anos do DCE não foram fáceis. Todas as diretorias até 1979 tiveram o nome, endereço e RG de todos os seus membros registrados pela polícia, fornecidos pela Aesi. O movimento estudantil foi monitorado pelo Dops até 1982. Procurado pela *Revista Adusp*, o hoje senador Romeu Tuma (PFL), que dirigia esse órgão policial, não quis se pronunciar sobre o assunto.

O II Exército investigou gráficas nas quais o DCE imprimia panfletos. O SNI pediu, em 1978, vigilância sobre um curso de férias oferecido pela entidade, cujo tema era o golpe de 1964. Um auto de investigação foi aberto devido à distribuição de panfletos para vestibulandos, contrários à divisão do vestibular da Fuvest em duas fases e favoráveis ao aumento do número de vagas na USP — e conseqüentemente cinco estudantes foram interrogados.

Dois alunos do campus de Bauru foram detidos, interrogados e

REFORMA DE 1968 NA USP CONSOLIDOU LÓGICA DA SEPARAÇÃO

Marcy Picanço
Jornalista

A reforma ocorrida na USP em 1968 dissolveu a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências (FFLC) e criou os institutos de ciência básica. Os cursos abrigados na rua Maria Antonia foram transferidos para a Cidade Universitária. O professor Franklin Leopoldo da Silva, da FFLCH, então estudante, estava na metade do curso na FFLC quando isto ocorreu

Por que os institutos de ciência básica se separaram da FFLC?

A separação ocorreu num contexto internacional de desenvolvimento das ciências básicas após a Segunda Guerra Mundial. Esse crescimento levou as áreas a se tornarem independentes como campos de saber universitário. Isso repercutiu no Brasil e resultou na formação dos institutos durante a reforma univer-

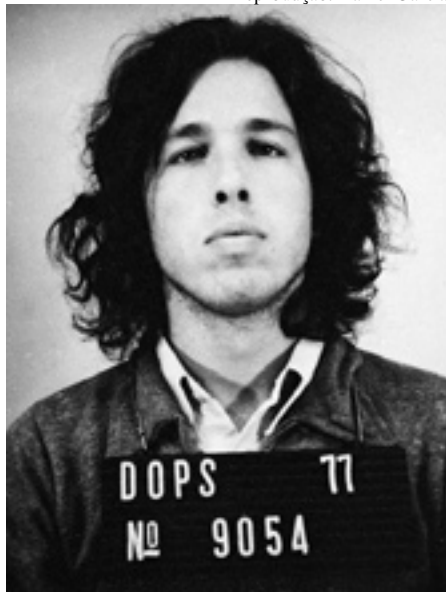
sitária. Além disso, a FFLC estava grande demais, com muitos alunos e uma administração muito complexa.

Mas também havia um motivo político. Na época, já se percebia com clareza que as humanidades, pela situação política do país, não teriam um futuro tranqüilo. As outras ciências não queriam compartilhar desse destino que seria meio tumultuado.

O motivo político era explicitado nas discussões da reforma?

Não, mas as discussões levavam a esse tipo de divisão. Alguns achavam importante permanecer junto, por causa da relação interdisciplinar entre as ciências humanas, exatas e naturais. Outros, mais pragmáticos, achavam que o desenvolvimento das ciências demandava uma organização au-

Reprodução: Daniel Garcia

**Turra, líder estudantil: fichado**

fichados pelo “crime” de carregar panfletos da campanha da *Libelu*. Por outro lado, os arquivos do Dops registram que um certo Movimento Acadêmico Renovado (M.A.R.) armou “fogueiras de material eleitoral” no pátio da Faculdade São Francisco.

Pode-se vislumbrar um pouco da mentalidade policial no seguinte trecho de documento de 1976, de autoria de Sílvio Pereira Machado, um dos delegados do Dops: “os dirigentes do DCE voltarão a encontrar motivos para a agitação, contestação e até mes-

mo subversão, como a ocupação violenta e arbitrária do Centro de Vivência para a instalação da sede desta entidade espúria, que representa não o corpo discente da Universidade de São Paulo, mas uma insignificante minoria de estudantes, adeptos e inocentes úteis dos interesses marxistas em nossa terra.”

O Dops foi extinto em 1983. O DCE-Livre Alexandre Vannuchi Leme da USP, instalado no Centro de Vivência e independente da opinião do delegado Machado, existe até hoje.

tônoma, ágil e politicamente desvinculada dos problemas que se colocavam para as humanidades.

Os argumentos que apareciam eram administrativos e ligados à questão de verba. Os institutos que necessitavam de grandes investimentos em laboratórios e equipamentos viam, na formação de institutos separados, a possibilidade de contemplar essa demanda.

Qual era a opinião dos estudantes sobre a separação?

Em geral, não concordavam, pois a separação representava um enfraquecimento político. Na época, eu também era contra. Via na separação uma perda para o ideal formativo da USP e um passo para o retorno tecnicista.

Como foi a mudança para o campus?

Mudamos em regime de urgência depois da invasão. Mas foi quase simbólico, não havia condições de estudar. Cederam

algumas salas do prédio da História, que já estava pronto, mas era muita gente. Os barracões foram construídos nas férias. Foram para lá os cursos que sobraram: Letras, Filosofia, Psicologia e Sociais.

Como a separação em institutos e a mudança para a Cidade Universitária afetou o movimento estudantil?

O primeiro prejuízo foi a perda da visibilidade urbana. A Maria Antonia era no centro e a Cidade Universitária era quase na zona rural. Mas a distância não diminuiu a vigilância e a repressão. A separação em vários prédios também foi problemática. Nesse caso, o problema não é a separação física, e sim a assimilação de uma mentalidade de separação. Na minha geração, a separação não foi assimilada, buscávamos o convívio, mas nas gerações seguintes isso aconteceu.

A separação também afetou a organização. Na FFLC, o Grêmio

agregava todos os centros acadêmicos e era muito poderoso politicamente. A direção do Grêmio significava, praticamente, a direção do movimento em São Paulo. No *campus*, cada Instituto tinha seu CA e as alianças dependiam de ligações pessoais. Com isso, ficou mais difícil dar direção ao movimento.

Como o movimento estudantil lidou com a separação?

Em 1968, por causa do AI-5, as lideranças foram dizimadas, então houve um refluxo. Nos dois anos que vivi, como aluno, no *campus*, toda a energia era canalizada para a reorganização.

Hoje, como você avalia a formação dos institutos?

Era algo inevitável. Do ponto de vista histórico, econômico e político, o antigo formato não poderia ser mantido. As ciências tinham que se separar para cumprir as tarefas políticas e da pesquisa científica.